

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2011
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita informações a Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre o processo de desapropriação da Fazenda São Gabriel, que era de propriedade da família Bumlai, localizada no município de Corumbá - MS, adquirida pelo INCRA em 2005.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Excia. que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações a Ministro do Desenvolvimento Agrário:

1. Cópia do inteiro teor do processo de aquisição/desapropriação da Fazenda São Gabriel, que era de propriedade da família Bumlai, localizada no município de Corumbá-MS, adquirida pelo INCRA em 2005, incluindo o Laudo de Avaliação;
2. Listagem dos pagamentos efetivados na aquisição a que se refere a pergunta 1, com respectivas datas e valores.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo notícias veiculadas em 2010, o Ministério Publico Federal questiona a venda da Fazenda São Gabriel, e teria obtido a suspensão do

pagamento pelo Incra, aos proprietários, quatro filhos de José Carlos Bumlai: Maurício de Barros Bumlai, Fernando de Barros Bumlai, Cristiane de Barros Marques Bumlai Pagnoceli e Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai. Segundo as notícias, esse processo decorre da Operação Tellus realizada no fim de agosto pela Polícia Federal, que revelou fraudes na reforma agrária na região Sul do Estado, com prejuízo estimado em R\$ 62 milhões.

A revista Veja, em sua edição nº 2206, de 2 de março de 2011, publicou reportagem sob o título: “**Entrada Proibida**”. Diz a reportagem:

“O governo descobre que José Carlos Bumlai, dono de autorização especial para transitar no Planalto, usa o nome do ex-presidente Lula para fazer negócios

O senhor da foto ao lado se chama José Carlos Bumlai. É um dos maiores pecuaristas do país, amigo do peito do ex-presidente Lula e especialista na arte de fazer dinheiro - inclusive em empreendimentos custeados com recursos públicos. Até o ano passado, ele tinha trânsito livre no Palácio do Planalto e gozava de um privilégio sonegado à maioria dos ministros: acesso irrestrito ao gabinete presidencial. Essa aproximação excepcional com o poder credenciou o pecuarista a realizar algumas missões oficiais importantes. (...)

Outro caso que revela a maneira como o lobista se utiliza da proximidade do poder para garimpar dividendos é a venda de uma fazenda da família dele ao Incra. O negócio foi fechado em 2005. Uma investigação do Ministério Público Federal apontou que, com base em laudo contaminado por múltiplas fraudes, o Incra se comprometeu a pagar à família de Bumlai 7,6 milhões de reais a mais do que o valor real da propriedade.

A fazenda São Gabriel, que fica em Corumbá (MS), foi avaliada em 20,9 milhões de reais, enquanto a perícia concluiu que o valor não poderia ser superior a 13,3 milhões. A propriedade foi transformada em assentamento de trabalhadores sem terra. Apesar disso, os assentados foram os primeiros a denunciar as fraudes, porque nem a “água em abundância” que o Incra apontara para justificar a majoração do valor da fazenda existia. “O preço de compra foi tão desproporcional que, mesmo com a perícia, acho que não será possível corrigir todos os vícios do processo”, afirma o procurador Carlos Humberto Prola Júnior. A ação judicial na qual o MP questiona a legalidade do negócio faz menção à amizade de Bumlai com Lula. No acordo, havia até quitação antecipada de títulos da dívida agrária, em flagrante desrespeito à lei. A Justiça

mandou suspender os pagamentos e pode obrigar o pecuarista a devolver o que o Incra pagou a mais. (...)"

O Gabinete de Segurança Institucional se recusou a comentar as razões que justificaram a concessão do "passe livre" ao lobista no governo passado. A irritação com as andanças de José Carlos Bumlai foi comunicada aos principais ministros no fim de janeiro. Entre eles, Gilberto Carvalho, atual secretário-geral da Presidência da República. Petista histórico, ele foi chefe de gabinete de Lula. Hoje, funciona como os olhos e os ouvidos do ex-presidente na administração Dilma. Carvalho e os demais integrantes do primeiro escalão foram orientados a acabar com os privilégios concedidos ao pecuarista. Bumlai não deixará de ser recebido em palácios, ministérios ou estatais. Mas terá de cumprir as mesmas etapas exigidas do empresariado comum, como a apresentação de um pedido formal de audiência, acompanhado de uma pauta específica. O governo também deixou claro que ele está proibido de intermediar negócios em nome do Planalto. Qualquer negócio. Procurado, o lobista comprometeu-se, em um primeiro momento, a falar com VEJA. Depois, desapareceu."

Assim, as informações que ora requeremos são fundamentais ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em 02 de março de 2011.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP